



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 12 • 22 a 28/04/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

25/04/2007 – As eleições presidenciais francesas.....p.01

Em 22 de abril de 2007, os franceses foram às urnas para eleger seu próximo presidente. Chegaram a disputa do segundo turno Nicolas Sarkozy e Ségolène Royal.

26/04/2007 – Eleições timorenses buscam fim da instabilidade.....p.06

A eleição presidencial no Timor Leste, realizada no dia 9 de abril de 2007, trouxe novamente o foco das atenções para o país. Após a crise de 2006, o Timor enfrenta agora o desafio de voltar à estabilidade dos seus primeiros anos de independência e de criar as bases para sobrevivência sem auxílio internacional.

30/04/2007 – Tráfico de pessoas no Sudeste Asiáticop.10

O Sudeste Asiático é uma das maiores fontes de vítimas do tráfico internacional de pessoas. Economias instáveis, leis ineficientes e corrupção de autoridades nacionais, aliados a uma grande demanda internacional compõem um cenário propício para o desenvolvimento livre da atividade.

As eleições presidenciais francesas

Resenha
Segurança

Joana Laura M. Nogueira
25 de abril de 2007

Em 22 de abril de 2007, os franceses foram às urnas para eleger seu próximo presidente. Chegaram a disputa do segundo turno Nicolas Sarkozy e Ségolène Royal.

Em 22 de abril de 2007, mais de 43 milhões de franceses compareceram às urnas para eleger seu novo presidente. Dentre os 12 candidatos, apenas 4 tinham chances reais de disputarem o segundo turno, que acontece, 15 dias após o primeiro turno, sempre que nenhum dos candidatos alcança a maioria absoluta¹ dos votos válidos.

Conforme aconteceu, a diferença entre o primeiro e o segundo colocado nas eleições, respectivamente, Nicolas Sarkozy e Ségolène Royal, foi de menos de 5,4%, o que corresponde a 1.838.550 milhões de votos. Pesquisas de intenção de votos divulgada pelo jornal francês *Le Monde*² dias antes do pleito, apontavam empate técnico³ entre os dois candidatos melhor colocados.

Os candidatos ao Palácio *Elysée*⁴ eram: Arlette Laguiller, candidata da Luta Operária (LO); Dominique Voynet, do Partido Verde (PV); François Bayrou, da União pela Democracia Francesa (UDF); Frédéric Nihous, do partido Caça, Pesca,

Natureza e Tradições (CPTN); Gérard Schivardi, do Partido dos Trabalhadores (PT); Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional (FN); José Bové, do *Altermondialiste*⁵; Marie-Georges Buffet, do Partido Comunista (PC); Nicolas Sarkozy, da União por um Movimento Popular (UMP); Olivier Besancenot, da Liga Comunista Revolucionária (LCR); Philippe de Villiers, do Movimento pela França (MF) e Ségolène Royal, do Partido Socialista Francês (PSF).

François Bayrou ficou em terceiro lugar com 18,54% dos votos, seguido por Jean-Marie Le Pen, que obteve 10,64%, entre os demais candidatos alguns que já participaram de outras eleições tiveram uma pequena percentagem de votos. José Bové, ativista antiglobalização, que recebeu apenas 1,32% dos votos. A candidata da Luta Operária, Arlette Laguiller, que concorre pela última vez depois de seis candidaturas (desde 1974), contou com 1,34% dos votos. E nem mesmo os apelos do aquecimento global, ajudaram a candidata do Partido Verde a conquistar mais votos nesta eleição, Dominique Voynet obteve 1,57% dos votos em comparação aos 12% alcançados nas eleições de 2002. Na extrema esquerda, encontra-se Olivier Besancenot, jovem de 33 anos, carteiro de profissão e

¹ Maioria absoluta significa metade mais um.

² Acessado em 19 de abril de 2007.

³ Em 18 de abril, o candidato Nicolas Sarkozy, encontrava-se com 28,5% das intenções de votos; e Ségolène Royal, que havia perdido pontos e tinha 25% da preferência, com margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

⁴ Residência oficial do Presidente Francês.

⁵ Partido que defende o movimento contra a globalização baseada nas vontades da potência hegemônica.

candidato pela segunda vez à presidência da França, que teve 4,11% dos votos do eleitorado. Com 60% dos votos divididos apenas entre os quatro primeiros colocados, tornou certa tanto para os eleitores, quanto para os analistas a necessidade de segundo turno.

Apesar do aumento, em relação ao pleito 2002, no número de eleitores inscritos para votar⁶, e de parecer evidente o interesse dos eleitores pelas propostas e programas de governo dos candidatos, indefinições e incertezas foram constantes nesta campanha. Isto talvez seja reflexo da falta de propostas bem estruturadas sobre os principais problemas franceses, quais sejam: o desemprego (cerca de 9% , um recorde para a França), as demandas das minorias étnicas, a imigração, as reformas institucionais, o déficit público e ainda o destino da União Européia.

A poucos dias do pleito, cerca de 40% dos eleitores ainda não sabiam em quem votar. O grande número de indecisos provocou uma disputa acirrada por esses votos nos dias que antecederam a votação. Esta disputa se deu porque as leis francesas disponibilizam para os candidatos tempos semelhantes de rádio e televisão, além de haverem limites para os valores máximos permitidos com gastos nas campanhas.

Segundo números oficiais do Ministério do Interior, esta foi a campanha com maior participação desde 1981. O comparecimento às urnas ficou em cerca de 85% dos eleitores, o que representa 26% a mais em relação às eleições presidenciais de 2002. Para o primeiro turno este número supera a eleição passada, quando esse número foi de 73%.

O maior interesse dos franceses pelas eleições pode ser explicado pela surpresa das eleições presidenciais de 2002, quando o ultradireitista, Jean-Marie Le Pen

chegou ao segundo turno das eleições presidenciais, com um discurso radical e xenófobo. Além dos acontecimentos do final de 2005, quando aconteceram revoltas contra o aparato policial, devido às mortes de imigrantes nos subúrbios. Somados a isto, tem-se também a estagnação econômica que vive a França e o descontentamento quanto à questão dos imigrantes na sociedade francesa.

Segundo a análise da revista inglesa, *The Economist*⁷, entre os quatro primeiros candidatos que teriam chances de chegar ao segundo turno, os franceses deveriam escolher Nicolas Sarkozy, pois dos quatro ele é o mais pragmático, possibilitando aos franceses uma chance de ruptura. Já para a francesa *Le Nouvel Observateur*⁸, no seu editorial, cujo título é *Pourquoi nous voterons Ségolène*⁹, justifica a preferência pela candidata socialista, Ségolène Royal. Cada uma das análises apontou o candidato que chegaria ao segundo turno, resta agora esperar qual dos dois candidatos chegará ao Palácio Elysée.

Sarkozy, candidato de centro-direita, contou com o apoio declarado do atual presidente Jacques Chirac. Apesar de ter participado ativamente de seu governo, como Ministro de Finanças e do Interior (cargo do qual saiu para disputar as eleições), eles não são necessariamente aliados políticos. Filho de imigrantes, pai húngaro e mãe grega, Nicolas Sarkozy, apresenta-se como um político que passou por vários dos níveis hierárquicos do executivo francês, tendo sido desde prefeito até ministro de estado.

Seu programa contempla, no que se refere à questão do emprego, a criação de um contrato único de trabalho por tempo indeterminado e mais flexível. Compromete-se também, em baixar a taxa de desemprego para 5% em cinco anos,

⁷ Edição de 14 de abril de 2007.

⁸ Edição de 18 de abril de 2007.

⁹Em tradução livre "Porque votaremos em Ségolène".

⁶Na França o voto é facultativo e aqueles que desejam exercer seu direito, cadastram-se em listas eleitorais a cada eleição.

que hoje está em torno de 9% da população. Este número aumenta quando se considera apenas a população de jovens ou a de imigrantes.

Para a economia, prevê a proteção fiscal de até 50% dos rendimentos e a diminuição da dívida pública para menos de 60% do PIB, em 5 anos, como exige a União Européia. Em 2006, esta cifra chegou a 63% do PIB.

Já para os problemas de imigração Sarkozy tem como proposta a criação de um Ministério da Imigração e Identidade Nacional, para conter a imigração bem como obrigar aos imigrantes a lerem e escreverem em francês. Segundo o jornal francês *Le Monde*, a proposta para a criação do Ministério causou bastante polêmica, especialmente entre as associações anti-racistas. Já a proposta para o aprendizado do francês, esta foi a mais bem aceita entre todas as elaboradas para este tema pelos candidatos.

Quanto à questão do Tratado Constitucional¹⁰ da União Européia (UE), o candidato de direita propõe que seja elaborado um texto inicial mínimo, estando limitado às questões institucionais como: eleição do Presidente do parlamento e criação de um Ministro de Negócios Estrangeiros para o bloco (o que demonstra sua vontade de desenvolver uma política externa comum ao bloco). Assim serão possíveis avanços para que possam ser definidas políticas claras para imigração, de defesa e de segurança, antes da aprovação da Constituição. Esta proposta deixa para depois as questões que dizem respeito ao alargamento da UE, o que demonstra a posição reticente, quanto à entrada da Turquia no bloco.

Na questão de segurança nacional, o direitista propõe a criação de um Conselho de Segurança Nacional, ligado à Presidência da República, bem como o

desenvolvimento de novos armamentos, especialmente, as armas antimísseis. Sugere, também, que se mantenham os níveis atuais para o orçamento de defesa, que segundo o Ministério da Defesa é de aproximadamente 47,7 bilhões de euros (143 bilhões de reais). Além de ainda acreditar na diminuição da presença francesa na África, já que a França mantém relação direta com suas ex-colônias no sentido de prover-lhes ajuda ao desenvolvimento.

Com relação ao continente americano, o candidato está aberto a reforçar as relações e as alianças com os Estados Unidos e promete se lembrar da América Latina quanto às demandas econômicas. Entretanto, pretende manter ajuda para o desenvolvimento concentradas no Mediterrâneo e na África.

Já a candidata socialista, Ségolène Royal, primeira mulher com chances reais de assumir o Palácio *Elysée*, tem como primordial em sua plataforma eleitoral os temas sociais. Nas propostas para o tema emprego está previsto o aumento do salário mínimo de €1.254 para €1.500 (cerca de R\$ 4.500). Incentiva a intervenção do estado para criação de contratos de trabalhos para jovens e fazer com que seja regra o contrato por tempo indeterminado, além de pensar uma lei para igualdade de trabalho entre homens e mulheres.

Para a economia, tem como propostas a criação de uma Agência Nacional de Reindustrialização, a fim de reestruturar a indústria francesa que passa por uma fase de estagnação. Ainda neste sentido, a candidata socialista pretende moldar para os empresários projetos de ajuda e de isenção de impostos numa relação direta com a criação de empregos. Promete a regulamentação estatal das tarifas bancárias, além do aumento dos valores das aposentadorias dos mais pobres e dos portadores de deficiência.

Quanto à questão européia, Ségolène apóia a entrada da Turquia na EU. Para a

¹⁰ Tratado que estabelece uma Constituição para Europa, a ser ratificado por todos os países integrantes do bloco.

candidata os critérios a serem considerados para admissão dos países devem ser econômicos, financeiros e democráticos. Ou seja, aqueles países que alcançarem estabilidade econômica, que estiverem bem financeiramente e, mantiverem governos democráticos conforme exige o bloco, poderão dele fazer parte. Em relação ao Tratado Constitucional, são propostos novos debates para que sejam respondidas questões importantes para o futuro do bloco, como a política externa, as regras dos mercados internacionais, as questões sociais e o desenvolvimento econômico sustentável.

Na área de segurança nacional, a candidata socialista defende a cooperação em matéria de defesa com os países europeus.

Somados aos programas de governo de cada um dos candidatos, outros fatores podem contribuir para uma vitória nas urnas. Nicolas Sarkozy tem a seu favor a maioria na Assembléia Nacional, que pertence a seu partido UMP, o mesmo de Chirac, porém o atual presidente se mantém distante da campanha o que fortalece o discurso do candidato em prometer uma ruptura com o governo.

Já, Ségolène Royal, além de ser a primeira mulher a ter chances de ocupar a presidência francesa, traça sua campanha num viés mais voltado para as questões sociais, confrontando-se diretamente com as propostas do outro candidato, mas pode lhe valer o apoio dos partidos da esquerda francesa, apesar de toda a sua fragmentação.

Na França, o presidente é quem escolhe o primeiro-ministro e divide com ele as funções de chefe de estado. Pode dissolver o parlamento e tem o direito de conceder anistia aos criminosos. É também o comandante-chefe das forças armadas e é o responsável pela política externa, podendo assinar tratados e representar o país nos fóruns multilaterais.

Desse modo, aquele que chegar a vitória

terá de administrar uma França em crise. Na economia devido à estagnação, em 2006, o país cresceu apenas 2%, número que deve ser repetido em 2007 e 2008.

O vencedor também terá nas mãos um arsenal nuclear, poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um PIB de aproximadamente 1,7 trilhões de dólares, além de territórios espalhados por diferentes continentes, como a Guiana Francesa, na América do Sul e a Polinésia Francesa, no Pacífico.

O que parece ser um grande desafio para o futuro presidente é, sem dúvida, a questão dos imigrantes, já que a tradição da França como país favorável à imigração, vem favorecendo esta movimentação.

Todavia, nos últimos anos com a estagnação econômica e o aumento do desemprego, os franceses passaram a considerar os imigrantes como uma ameaça, eles têm problemas para conseguirem emprego e educação. As populações cujo passado colonial é mais carregado de conflitos são as mais atingidas pelos problemas inerentes aos imigrantes.

Nos últimos anos, o islamismo vem sendo considerado difícil aceitação por muitos franceses, embora seja a segunda maior religião do país. No entanto, aparece como um desafio à tradição de integração do país, nas definições de estado laico, no qual símbolos religiosos não são bem aceitos.

Contudo, o problema do desemprego também deve ser considerado um grande desafio para o novo governo francês. Com uma carga de trabalho semanal de 35 horas (uma das menores do mundo) e fortes sindicatos, as empresas tendem a se instalarem nos países nos quais a mão-de-obra é mais barata. Hoje a França tem um dos índices de desemprego mais altos da União Européia e desde o governo de François Mitterrand esse número não diminui para menos de 8%.

A indefinição quanto ao resultado da eleição foi fortalecida após a declaração do candidato centrista François Bayrou, terceiro colocado no primeiro turno, de não apoiar nenhum dos candidatos que disputam o segundo turno e deixar que seus eleitores façam livremente suas escolhas.

O desfecho deste embate nós só saberemos depois de 06 de maio, quando será disputado o segundo turno das eleições. Agora, indiferente de quem chegue ao Palácio *Elysée*, alguns pontos já estão claros. Não se deve esperar mudanças na posição francesa quanto aos subsídios a agricultura, ou seja, se depender deles o Brasil e outros países continuarão sendo prejudicados na comercialização de produtos agrícolas.

Já na questão da economia nacional, esperam-se mudanças urgentes para tirar a França da estagnação em que ela se encontra. A diminuição do índice de desemprego é condição fundamental para o sucesso do próximo governo francês. Medidas para incentivos à criação de empregos e aumento dos índices econômicos são essenciais para a retomada do crescimento do país.

Entretanto, o modo como as propostas serão implementadas não foi muito bem definido por nenhum dos candidatos. O novo rumo a ser tomado pela França dependerá do resultado do dia 06 de maio. O fim permanece indefinido, uma vez que as sondagens para o segundo turno indicam empate entre os candidatos. A exemplo da pesquisa divulgada, em 25 de abril, no jornal francês *Le Figaro*¹¹, na qual Sarkozy conta com 51% das intenções de voto contra 49% de Royal.

Para qualquer que seja o vencedor haverá, em junho deste ano, mais um desafio: as eleições parlamentares. O candidato da direita tentará manter sua maioria e assim seguir com segurança no poder por mais 5 anos. Já para esquerda conquistar a

presidência, significa derrubar uma sequência de anos de dominação de partidos de direita no governo.

Referência

Sites:

AFT

<http://www.afp.com/portugues/home/>

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

IEEI

<http://www.ieei.pt.com>

Folha on line

<http://www1.folha.uol.com.br>

Le Monde

<http://www.lemonde.fr/>

Le Figaro

<http://www.lefigaro.fr/>

Le Nouvel Observateur

<http://tempsreel.nouvelobs.com/>

The Economist

<http://www.economist.com/>

¹¹

Acessado em 25 de abril de 2007.

Eleições timorenses buscam fim da instabilidade

Resenha
Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes
26 de abril de 2007

A eleição presidencial no Timor Leste, realizada no dia 9 de abril de 2007, trouxe novamente o foco das atenções para o país. Após a crise de 2006, o Timor enfrenta agora o desafio de voltar à estabilidade dos seus primeiros anos de independência e de criar as bases para sobrevivência sem auxílio internacional.

No início do mês de abril, a população timorense foi às urnas para escolher seu presidente pela segunda vez, desde o processo de independência em 2002. Após uma acirrada disputa, o Primeiro-Ministro José Ramos Horta irá para o segundo turno com Francisco Guterres, atual presidente do Parlamento. O resultado das eleições ainda não foi oficialmente divulgado devido a ações movidas pelos demais candidatos acerca de possíveis irregularidades no processo eleitoral.

Após um ano politicamente conturbado, espera-se que com as eleições se crie uma nova chance para restabelecer a paz dos primeiros anos de independência do Timor Leste.

Uma paz difícil

Até o ano de 2006, a missão de construção da paz no Timor era considerada um exemplo bem sucedido a ser seguido nas demais Operações de Paz da ONU. As milícias pró-indonésia haviam sido controladas, a reconstrução da infraestrutura encontrara um rumo certo, e os incidentes mais graves pareciam controlados. O país parecia caminhar

para a estabilidade após o violento processo de independência da Indonésia em 1999¹, quando uma nova crise irrompeu em maio de 2006.

Na ocasião, soldados das Forças Armadas do Timor Leste iniciaram uma onda de protestos contra o tratamento discriminatório dentro do exército [Ver [Intensificação da desordem no Timor Leste](#)]. Estes protestos foram reforçados por jovens desempregados da capital, e acabaram levando a enfrentamentos em grande parte do país após a desestruturação da Polícia Nacional do Timor Leste. O Primeiro-Ministro Mari Alkatiri se viu forçado a renunciar após ser acusado de armar milícias para eliminar seus oponentes, sendo substituído pelo então Ministro das Relações Exteriores Ramos Horta.

Com esta nova crise, o processo de retirada das tropas internacionais, iniciado em 2005, teve de ser repensado. Foi criada, a partir da Resolução 1704 do Conselho de Segurança, a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (UNMIT sigla em

¹ Quando milícias pró-indonésia espalharam terror entre a população após a imensa maioria ter votado a favor da Independência timorense.

inglês), com objetivo de estabilizar o país, evitar novas crises e garantir condições para o processo eleitoral de 2007. A UNMIT é a quinta missão das Nações Unidas para o país.

A atual situação no Timor Leste é explicada pela história do país. Com o fim do domínio português em 1975, o país foi invadido pela Indonésia, que manteve controle sobre o Timor até 1999. Durante o domínio indonésio, cerca de um terço da população foi dizimada, havendo também um grande número de refugiados. No curto espaço de tempo entre o referendo popular de 1999, que decidiu pela independência do país, e a chegada de tropas da Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET, sigla em inglês)², a violência das milícias pró-Indonésia causou 1400 mortos, 300 mil refugiados e a destruição de cerca de 70% da infraestrutura do país³.

O PIB timorense é hoje de US\$ 370 milhões, e cerca de 65% da população encontra-se desempregada. A economia do país é completamente dependente da venda de petróleo e gás natural, sendo que não existe ainda uma estrutura adequada para o melhor aproveitamento da exploração de ambos. Outro grave problema enfrentado pelo país é a falta de pessoas capacitadas. Com o fim do domínio indonésio, os cargos de administração pública tiveram de ser preenchidos por timorenses sem qualquer experiência ou conhecimento suficiente. O mesmo ocorreu no sistema legislativo e outros cargos técnicos, essenciais para reconstrução e desenvolvimento do país.

Somados às diferenças políticas entre os dois lados da ilha e a tensão causada pelas milícias pró-Indonésia, esses fatores geram um ambiente ideal para crises como a de maio de 2006. Desta forma, as eleições vêm com o objetivo de pôr um fim ao clima de instabilidade política e de

tentar acalmar os ânimos da população, enquanto o processo de desenvolvimento do país tenta seus primeiros passos.

O sistema político do Timor Leste é parlamentarista, em que o presidente eleito para o mandato de 5 anos deverá indicar o líder do partido majoritário no Parlamento como primeiro-ministro. O presidente, como chefe de estado, pode vetar legislação e dissolver o Parlamento caso se faça necessário, além de ser o responsável por convocar as eleições.

O pleito no dia 9 ocorreu tranquilamente, sem ocorrência de incidentes mais graves. Mais de 400 mil timorenses participaram da votação, que contou com supervisão de uma comissão internacional. Forças de segurança internacionais e 1600 agentes da Polícia das Nações Unidas (UNPOL, sigla em inglês) garantiram a segurança da votação nos 700 postos distribuídos pelo país.

Caso as suspeitas de irregularidade não levem a uma anulação do processo eleitoral, os candidatos para o segundo turno já estão confirmados. O atual presidente do Parlamento timorense, Francisco Guterres, candidato pela Frente Revolucionária para um Timor Leste Independente (FRETILIN), foi vitorioso no primeiro turno com 27,89% dos votos válidos. O outro candidato será o atual Primeiro-Ministro do país, José Ramos Horta, candidato independente que recebeu 21,81% dos votos.

Ramos Horta, laureado com prêmio Nobel da paz em 1996, permaneceu no exílio durante os anos de ocupação indonésia, onde trouxe atenção internacional para a situação no Timor Leste. Com a independência em 2002, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores do país, cargo que exerceu até 2006. Neste ano, foi nomeado Primeiro-Ministro após a saída de Alkatiri, devido à crise política. Ramos Horta foi fundador do FRETILIN, porém se desvinculou do partido em 1998.

Francisco “Lu’olo” Guterres concorre com uma base muito mais populista,

²Entre o início e fim de setembro.

³ CIA WORLD FACTBOOK

invocando seu passado guerrilheiro como plataforma de campanha⁴. Lu' olo, como é mais conhecido, foi presidente da Assembléia Constituinte após a independência, e tornou-se presidente do Parlamento. Devido a acusações de envolvimento nos conflitos de maio de 2006, existe uma cisão dentro do partido FRETILIN, sendo que parte deste apóia José Ramos Horta.

O pleito contava com outros seis candidatos. O terceiro mais votado foi Fernando "Lasama", do Partido Democrata, ficando com 19,18% dos votos. Em quarto lugar ficou Francisco Xavier do Amaral, da Associação Social-Democrata Timorense, com 14,39%. O quinto candidato a receber mais votos foi Lúcia Lobato, do Partido Social Democrata, conseguindo 8,86% dos votos. As ações movidas acerca de possíveis irregularidades vieram da parte destes três candidatos, ficando então adiada a divulgação dos resultados oficiais pela comissão eleitoral nacional até a apuração das denúncias.

Os demais candidatos eram Manuel Tilman, do partido Kota (4,09% dos votos), Avelino Coelho, do Partido Socialista Timorense (2,06% dos votos) e João Vegas Carrascalão, da União Democrática Timorense (1,72% dos votos).

O segundo turno das eleições ocorrerá no dia 08 de maio de 2007. Ramos Horta já anunciou seu afastamento temporário do cargo para se dedicar completamente ao segundo turno⁵.

Esforço pela Democracia

O Timor Leste demonstra hoje através de

seu processo eleitoral como conseguiu organizar uma boa estrutura de governo e de abertura política. O índice de comparecimento às urnas de 88% dos eleitores cadastrados e o grande número de candidatos à presidência são bons indicadores da participação popular no processo eleitoral.

Contudo, a estabilidade política ainda está muito vinculada à presença de forças estrangeiras no país. Mesmo com uma estrutura política bem organizada, os problemas sociais causados por uma economia frágil, uma taxa de desemprego extremamente elevada e pelas diferenças políticas, não demoraria a estourar novamente uma crise como a de maio de 2006.

Sem a presença da UNMIT, possivelmente as eleições do dia 9 de abril já teriam gerado uma nova crise em todo o país. Com cinco candidatos apresentando certa paridade no percentual de votos, qualquer suspeita de irregularidade não demoraria a gerar um levante por parte da população e de grupos políticos que se sentiram prejudicados.

Referência

Sites:

BBC International

<http://www.bbc.co.uk>

United Nations Integrated Mission in Timor-Leste

<http://www.unmit.org/>

Folha de São Paulo On-line

<http://www.folha.uol.com.br>

⁴ Lu' olo fez parte da resistência armada da FRETILIN contra o domínio indonésio.

⁵ A lei timorense não exige que os candidatos renunciem ou se afastem do cargo, porém, Ramos Horta afirmou que tomou essa decisão para deixar claro a diferença entre sua posição no governo e sua campanha política.

The World Factbook – East Timor.

<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/tt.html>

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org/sc/>

Francisco “Lu olo” Guterres para Presidente

<http://luolo.blogspot.com/>

TEMAS 2007. United Nations Peacebuilding Commission – The Question of Timor Leste. Guia de Estudos.

http://www.pucminas.br/temas/2007/pdfs/guia_unpbc.pdf

Ver também:

30/05/2006 - [Intensificação da desordem no Timor Leste.](#)

Tráfico de pessoas no Sudeste Asiático

Resenha
Integração Regional

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
30 de abril de 2007

O Sudeste Asiático é uma das maiores fontes de vítimas do tráfico internacional de pessoas. Economias instáveis, leis ineficientes e corrupção de autoridades nacionais, aliados a uma grande demanda internacional compõem um cenário propício para o desenvolvimento livre da atividade.

Com promessas de melhores condições de vida, trabalho ou apenas por meio de abdução, uma média de 600 mil a 800 mil pessoas entram para as estatísticas anuais do tráfico internacional de pessoas. Esse número, porém, pode ser considerado pequeno em relação às condições reais já que é muito difícil manter as cifras atualizadas devido às grandes dificuldades no monitoramento, prevenção e condenação dessa atividade.

O tráfico internacional de pessoas acontece por todo o mundo, sendo que os fluxos são em sua maioria dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. O Sudeste Asiático, porém, merece atenção especial por ser responsável pelo envio, transporte e recepção de, ao menos, 250 mil pessoas ao ano.

O Sudeste Asiático é uma sub-região da Ásia, composto pelos países ao sul da China, leste da Índia e ao norte da Austrália. Dessa maneira, a região fica dividida em duas: a continental, composta por Camboja, Laos, Myanmar, Tailândia e Vietnã, que possui uma maioria de etnia tailandesa, e a insular, composta por Brunei, Indonésia, Timor Leste, Filipinas, Malásia e Cingapura, de maioria austronésia.

O tráfico de pessoas nessa região pode ser

dividido em dois fluxos: o que sai do Sudeste Asiático em direção aos países desenvolvidos e o que ocorre entre os próprios países da região. Porém, as condições e objetivos do tráfico não são muito diferentes, focando-se em maioria na exploração sexual e trabalhos forçados de crianças e mulheres.

Tráfico de pessoas deve ser também diferenciado de “contrabando de pessoas”. Essa prática acontece quando o processo é voluntário, ou seja, a pessoa a ser transportada paga a um “atravessador” que fornece a ela meios para migrar ilegalmente, sendo que após a travessia a pessoa é considerada livre. Mesmo se diferenciando da classificação de tráfico de pessoas, o contrabando tem características em comum com o mesmo: o caráter migratório, as condições de transporte e os riscos da operação.

Além desses pontos, é necessário dizer que o “contrabando” muitas vezes resulta na vitimização do transportado, por exemplo, quando os termos de pagamento incluem uma dívida dele para com o atravessador. Sem dinheiro para pagar pelo processo, a vítima se submete a trabalhar para quitar sua dívida uma vez que a viagem termine. Dessa maneira, ela pode ficar ligada ao atravessador por um longo tempo após chegar a seu destino, sendo sujeita a trabalhos forçados ou exploração sexual em locais selecionados

pelo atravessador.

A definição que a Organização das Nações Unidas (ONU) dá para o tráfico de pessoas é: “o recrutamento, transporte, transferência, entrega ou recepção de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outros meios de coerção (...) com o propósito de exploração. No conceito de exploração deve-se incluir a prostituição e outros métodos de exploração sexual, assim como trabalhos forçados, escravidão, servidão e remoção de órgãos”¹. É importante colocar também que o consentimento da vítima não implica que a ação escape à definição de tráfico. Dessa forma, mesmo que não exista a ameaça ou o uso da força, o ato de tráfico é condenável judicialmente, como se o crime fosse o tráfico, tendo em vista seus propósitos.

O “mercado” de pessoas funciona a partir de leis econômicas gerais. Assim um ponto a ser desdobrado é a questão da demanda e da oferta. Guerra, pobreza, elevadas taxas de desemprego, fome ou o desejo de ter uma vida melhor podem fortalecer o lado da oferta por serem condições que tornam os indivíduos vulneráveis a propostas de uma possível melhora. Porém, o ponto mais crítico do processo é o da demanda.

A demanda por mão-de-obra barata e, muitas vezes, escrava, doméstica ou industrial, é responsável por grande parte da absorção da oferta. Além disso, a exploração sexual de menores, principalmente do sexo feminino, o recrutamento de “crianças soldado”², e o contrabando de esposas adicionam

vítimas ao processo. A demanda é um ponto crucial porque pode fazer parte de uma solução real mais atingível. Uma grande porcentagem das vítimas de tráfico acaba nos países desenvolvidos onde a demanda é grande. Ao mesmo tempo, esses países têm maiores recursos para serem aplicados na fiscalização e punição de atos como esse, compondo peças muito importantes no combate ao tráfico.

Diferentes maneiras para se combatê-lo são plausíveis em ambos os lados do processo. No lado da oferta, o monitoramento e combate ao tráfico associado a políticas de educação e reabilitação das vítimas são medidas necessárias. Entretanto, os recursos dos países da “oferta”, destinados a essas práticas, são escassos. Já no lado da demanda, existem maiores recursos disponíveis, seja para políticas de combate e seja para políticas educacionais.

O papel da ASEAN

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN - sigla em inglês) é uma organização econômica e geopolítica criada em 1967 pelos governos da Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia, com o objetivo de promover o crescimento econômico, regional, o progresso social e a paz entre seus membros. Brunei se tornou o sexto membro em 1984, sendo seguido por Vietnã, Laos e Myanmar. A organização passou a possuir dez países membros em 1999, com a entrada de Camboja, e dessa maneira passou a englobar todos os países do Sudeste Asiático com exceção de Timor Leste. No século XX, os objetivos da ASEAN se alargaram, passando de uma organização econômica para um órgão de cooperação regional em vários níveis, como segurança regional e meio ambiente.

Desde a década de 1980, a organização tem colocado como ponto crucial para o fortalecimento da integração regional as questões relacionadas à proteção dos

¹ “United Nations Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children” - 2000

² É classificado como criança soldado todo menor de 18 anos recrutado por uma organização armada e/ou envolvido em violência política. Essa prática é muito comum nos conflitos africanos, onde crianças como menos de dez anos são recrutadas ou abduzidas para servir nos exércitos e milícias.

direitos de mulheres e crianças na região, assim como a necessidade de cooperação para o combate a crimes transnacionais. Dessa maneira, em 1997 foi estabelecido a Reunião Ministerial para o Tráfico Transnacional (AMMTC – sigla em inglês), criada para fortalecer a cooperação interestatal de combate a essa categoria de crime.

Além desse órgão, existem outros dois que compõem os três pilares da cooperação regional para o combate ao tráfico: a ASEANPOL, uma organização regional de forças policiais, e o Sub Comitê das Mulheres (ASW – sigla inglês). A ASEANPOL se reúne anualmente para discutir aspectos cooperativos contra o crime transnacional, atuando ativamente para a coordenação das forças policiais para a troca de informação, treinamento e pesquisa. Já a ASW procura, desde 1967, garantir a integração das mulheres em todos os campos da vida política e econômica, ajudando a promover entre os membros o papel atuante delas no desenvolvimento. Uma iniciativa importante da ASW é o auxílio destinado à capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, sendo que suas necessidades econômicas são o principal fator que as expõe aos traficantes.

Em sua segunda reunião, em junho de 1999, a AMMTC adotou o Plano de Ação para o Combate ao Crime transnacional³. O plano estabelecia mecanismos para estender os esforços dos países membros ao combate do crime transnacional, incluindo o tráfico de mulheres e crianças, tanto em nível nacional e bilateral como no nível regional. O plano procura estabelecer uma estratégia regional coerente que estabeleça com maior eficiência a troca de informação, a cooperação em questões legais e legislativas, a construção de instituições mais específicas, os treinamentos policiais conjuntos assim como a cooperação extra-

regional.

No documento referente à 5ª Reunião da AMMTC, de 28 de novembro de 2005, os ministros da ASEAN expressaram preocupação pelo crescimento das atividades ligadas ao crime transnacional, dando um foco especial à sofisticação de suas ações e a seu poder destrutivo. De modo geral, as principais preocupações da organização têm sido dirigidas às questões de meio ambiente e ao combate do terrorismo como a principal forma de crime transnacional. O combate ao tráfico de pessoas tem ficado em segundo lugar nas discussões. Mesmo com a adoção da “Declaração Contra o Tráfico de pessoas, Particularmente Mulheres e Crianças”, de 2004, os esforços ainda parecem vagos. Na declaração, os artigos contêm os mesmos objetivos das primeiras reuniões da AMMTC referentes ao tráfico, mas a eficácia das medidas adotadas foi pequena. A diferenciação de imigrantes ilegais de vítimas, o fortalecimento de políticas regionais de combate ao tráfico e a adoção de uma rede focal com o objetivo de obstruir as ações dos traficantes são algumas das medidas sugeridas nas primeiras reuniões. Porém até 2004, nenhuma dessas medidas foi implementada com eficiência.

Segue um resumo da situação de alguns dos países do Sudeste Asiático em relação ao tráfico de pessoas, principalmente mulheres e crianças.

Vietnã⁴

O Vietnã é fonte e destino do tráfico de mulheres e crianças, com o propósito de trabalhos forçados e exploração sexual.

⁴ Os dados contidos no texto sobre os países do Sudeste Asiático devem ser considerados como correspondentes a informações obtidas até 2004. Todos os dados específicos sobre os países foram baseados no *Trafficking in Persons Report*, de junho de 2005, produzido pelo Departamento de Estado Estadunidense.

³ “*Plan of Action to Combat Transnational Crime*”

Mulheres e meninas vietnamitas são traficadas para Camboja, China, Hong Kong, Taiwan e República Tcheca. Além disso, uma grande porcentagem de mulheres vietnamitas é iludida com promessas de casamento e transportadas para Taiwan. Nesses locais, as vítimas são submetidas à exploração sexual ou servidão. Em menor medida, o Vietnã é o destino de crianças provenientes de Camboja, que trabalham como mendigos. Existe ainda tráfico interno de áreas rurais para urbanas.

O governo vietnamita não está em conformidade com as condições mínimas internacionais para a eliminação do tráfico de pessoas, mas cumpre esforços crescentes para fazê-lo, por exemplo, com atos como a publicação, em 2004, de um plano para o combate à exploração sexual comercial. Além disso, toma ações na direção da defesa de trabalhadores vietnamitas traficados para outras nações e procura instigar nas nações vizinhas o combate ao tráfico de pessoas e ao repatriamento de outras vítimas.

Tailândia

Mulheres e crianças são traficadas para Austrália, Japão, Malásia, Cingapura, Europa e América do Norte, entre outros, com o propósito de exploração sexual. Um número expressivo de homens, mulheres e crianças, provenientes da China, Laos, Camboja e Myanmar, tem como destino a Tailândia. Diferenças econômicas na região levam as vítimas a se dirigirem ilegalmente à Tailândia com promessas de emprego, o que dá aos traficantes a oportunidade de movê-las para trabalhos forçados ou exploração sexual. A exploração diversificada do turismo sexual no país é uma das condições mais agravantes do fluxo destinado a região.

O governo tailandês possui uma lei específica para a proibição do tráfico de pessoas e procura minimizar a gravidade da situação, recorrendo a ações como a

identificação e documentação de milhares de imigrantes ilegais, procurando identificar entre eles, aqueles que foram vítimas de tráfico. Além disso, o Governo tailandês tem conquistado bons resultados no combate à corrupção ligada ao tráfico, principalmente entre as forças policiais, de imigração e jurídicas.

Malásia

A Malásia é destino, e em menor grau, fonte para homens, mulheres e crianças com propósito de exploração sexual e trabalho forçado. Milhares de pessoas de Burma, Indonésia, Tailândia, China e Camboja compõem o maior fluxo de pessoas traficadas que entram no país. Além disso, algumas vítimas são forçadas a servidão e trabalhos forçados nos setores rural e de construção. Mulheres malaisias são traficadas majoritariamente para a Europa Ocidental, América do Norte, Austrália, Japão, Singapura e Taiwan.

O governo malaio, apesar de cumprir esforços no combate ao tráfico, não possui uma legislação antitráfico específica que permita a existência de uma proteção adequada às vítimas. Uma das principais atividades do governo deve ser a de diferenciação entre imigrantes ilegais detidos e vítimas do tráfico de pessoas. Dessa maneira, essas pessoas podem receber o auxílio correspondente à sua condição (como abrigo, aconselhamento e auxílio a repatriação), em vez de serem submetidas a leis gerais de imigração ilegal.

Timor Leste

A maioria das vítimas de tráfico que tem como destino o Timor Leste são provenientes da Tailândia, Indonésia, e China, com o propósito de exploração sexual.

O governo do país demonstra vontade política para combater o tráfico de pessoas se engajando continuamente em

organizações não governamentais (ONGs) e órgãos regionais e internacionais destinados à preservação de direitos humanos. Porém, por falta de recursos específicos, é ineficiente no combate às ações relacionadas ao tráfico. Não existem leis específicas para o tráfico de pessoas, tornando difícil a identificação de vítimas e a diferenciação entre essas e imigrantes ilegais. O governo faz esforços para a criação de leis, o combate aos traficantes e ao melhoramento das condições de proteção às vítimas.

Indonésia

A Indonésia é tanto destino quanto origem de vítimas de um grande tráfico de pessoas com o propósito de exploração sexual e trabalhos forçados. Além disso, sofre com um grande fluxo interno ligado ao tráfico entre seus próprios nacionais. O país é fonte de vítimas para Malásia e Cingapura na região, além de ser um grande “fornecedor” para países do Oriente Médio, Japão, Uzbequistão, Holanda, Rússia, Espanha entre outros. Dentro da própria Indonésia, o tráfico é extenso, sendo majoritariamente ligado a transferência de vítimas da área rural para a urbana, onde elas ficam sujeitas a exploração sexual e a trabalhar em servidão doméstica.

O governo da Indonésia possui uma lei específica para os casos de tráfico de pessoas, porém, por causa de recursos escassos o alcance da lei acaba sendo limitado, já que a transposição do nível nacional para o regional fica prejudicada. Após o Tsunami de 2006, o governo procurou intensificar as atividades de combate ao tráfico, com a intenção de dificultar as ações de traficantes em relação à abdução e transferência de crianças. Os esforços de treinamento de policiais e a cooperação com ONGs e organizações civis são um componente importante para as ações contra o tráfico, mas a dificuldade de aplicar a lei no nível regional prejudica sua eficiência.

Filipinas

Um grande número de homens e mulheres do país são enganados com promessas de trabalho no exterior e acabam sendo traficados para América do Sul, Oriente Médio, África, América do Norte e Europa. Quando mandados ao exterior para trabalhar nos setores domésticos, de construção ou industrial, os filipinos encaram condições de exploração que se relacionam diretamente à servidão involuntária. Além disso, existe um fluxo constante de vítimas destinadas estritamente à exploração sexual. As condições do país são favoráveis ao tráfico, por exemplo: altas taxas de desemprego, propensão cultural à migração, leis ineficientes, turismo sexual e pobreza endêmica.

Esses fatores, aliados ao baixo índice de condenações ligadas ao tráfico também aumentam a propensão do país a sofrer com um fluxo de turistas em busca de turismo sexual, tanto de mulheres quando de crianças.

O governo das Filipinas é um forte apoiador das medidas antitráfico no meio das instituições internacionais, porém, possui ainda um aparato legislativo fraco em relação ao seu combate, prevenção e ao tratamento e proteção de vítimas. Além disso, o governo não reconhece grande parte dos casos em que o tráfico é relacionado à corrupção de oficiais.

A relação que os países do Sudeste Asiático têm com o combate ao tráfico transnacional de pessoas pode ser resumida a alguns fatores comuns. As condições favoráveis aos traficantes são: a falta de leis eficazes relacionadas ao combate, monitoramento e à condenação dos criminosos, corrupção no meio policial e pobreza endêmica. As condições desfavoráveis às vítimas são: falhas na diferenciação jurídica de imigrantes ilegais das vítimas de tráfico, poucos recursos destinados ao auxílio das vítimas,

como no repatriamento ou a criação de abrigos, falta de instituições governamentais específicas, propensão de alguns países à migração e grande demanda exterior.

A cooperação internacional pode ser uma solução eficiente para o problema do tráfico. Ela deve ocorrer não apenas entre os países “fonte” mas também entre esses e os países de destino das vítimas. Além disso, a colaboração de ONGs internacionais, instituições civis regionais e a própria ONU devem ser vistas como ferramentas úteis para os governos. Outras questões assolam a região, como por exemplo, o terrorismo internacional e questões ambientais. Contudo, o tráfico de pessoas não deve ser colocado em segundo plano, considerando suas características, seus números e as conseqüências para suas vítimas.

Human Rigths Watch

<http://hrw.org/reports/2004/childsoldiers0104/1.htm>

Organização Internacional do Trabalho

<http://www.ilo.org/public/english/index.htm>

United Nations Bibliografic Information System (biblioteca da ONU)

<http://www.un.org/Depts/dhl/>

United Nations Protocol to Prevent, Supress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children

http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents_2/convention_%20traff_eng.pdf

Referência

Sites:

Asia Pacific Fórum

<http://www.asiapacificforum.net>

ASEAN Declaration Against Trafficking in Persons Particularly Women and Children - 2004

<http://www.aseansec.org/16793.htm>

Departamento de Estado Estadunidense

<http://www.state.gov/>

Fighting Trafficking in Women and Children in ASEAN - 1999

<http://www.aseansec.org/2822.htm>



Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

